

**CAMINHOS QUE SE CRUZAM: AS NARRATIVAS DE MULHERES ATLETAS SOBRE
O FUTEBOL AMADOR E PROFISSIONAL NO BRASIL**

Nathalia Lutt Lourenço¹, Maria Thereza Oliveira Souza¹, André Mendes Capraro¹

RESUMO

O amadorismo e o profissionalismo no esporte estão relacionados às intenções da prática, sendo o primeiro voltado à perspectiva do lazer e o segundo, à perspectiva do trabalho. Contudo, é importante ressaltar que a diferença entre esses conceitos é tênue, e eles não podem ser considerados divisões rígidas. Na tentativa de compreender essa conjuntura em uma modalidade específica, o presente estudo buscou analisar de que forma o cenário do futebol feminino brasileiro é retratado por mulheres que atualmente praticam a modalidade de forma amadora, mas que no passado já atuaram em âmbito profissional. Para responder tal questionamento, foram cruzadas informações presentes nas leis que regulamentam o esporte no país e as falas de atletas obtidas por meio de entrevistas, pautadas na metodologia de História Oral. Percebeu-se que o profissionalismo e o amadorismo no futebol feminino brasileiro se encontram mesclados e que, raramente, o que é construído na teoria se efetiva na prática. Isso pode ser evidenciado pelo fato de que atletas tidas como profissionais são frequentemente impossibilitadas de se dedicarem exclusivamente à modalidade, devido à baixa remuneração; e atletas com interesses amadores frequentemente são convidadas para participar de competições profissionais.

Palavras-chave: Futebol Feminino. Amadorismo. Profissionalismo. História Oral. Mulheres Atletas.

ABSTRACT

Crossing paths: the narratives of women athletes about amateur and professional football in Brazil

Amateurism and professionalism in sports are related to the intentions of the practice, the first being aimed at the leisure perspective and the second, the work perspective. However, it is important to emphasize that the difference between these concepts is tenuous, and they cannot be considered rigid divisions. In an attempt to understand this situation in a specific modality, the present study sought to analyze how the scenario of Brazilian women's football is portrayed by women who currently practice the modality on an amateur basis, but who in the past have already acted in a professional context. To answer this question, information present in the laws that regulate sport in the country and the speeches of athletes obtained through interviews, based on the methodology of Oral History, were crossed. It was noticed that professionalism and amateurism in Brazilian women's football are mixed and that, rarely, what is built in theory becomes effective in practice. This can be evidenced because athletes considered professionals are often unable to dedicate themselves exclusively to the modality, due to the low remuneration and because athletes with amateur interests are often invited to participate in professional competitions.

Key words: Women's Football. Amateurism. Professionalism. Oral History. Female Athletes.

1 - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.

E-mail dos autores:
n.lutt@live.com
mariathereza_souza93@yahoo.com.br
andrecapraro@gmail.com

Autor correspondente:
Maria Thereza Oliveira Souza.
mariathereza_souza93@yahoo.com.br
Rua Maria Trevisan Tortato, 341, apto 103.
Bairro Novo Mundo.
CEP: 81.020-000.

INTRODUÇÃO

Há no futebol feminino um recente movimento mundial de popularidade. A Copa do Mundo de 2019, realizada na França já deu indícios do crescimento que essa modalidade teria nos anos seguintes.

Em 2022 foi realizada a maior Eurocopa da história em termos de presença de público no estádio (EspnW, 2022).

Além disso, países europeus muito tradicionais na categoria masculina passaram a ter muito mais investimento nas suas ligas femininas e nas seleções nacionais, caso de França, Holanda, Espanha e Inglaterra. Todos esses fatores criaram uma enorme expectativa para a realização da Copa do Mundo de 2023, na Austrália e na Nova Zelândia.

Com essa mudança no panorama mundial, a seleção brasileira já não foi considerada favorita no início do maior campeonato do mundo.

Se, até final dos anos 2000 o talento das atletas fazia com que o selecionado nacional tivesse grandes chances de título, o crescimento técnico, tático, físico e estrutural de muitos países colocou o país em um grupo secundário nas últimas edições.

A performance da equipe foi ainda abaixo do esperado, com a eliminação na fase de grupos da competição.

No âmbito cultural, entende-se que o Brasil é reconhecido mundialmente pelo futebol (Wachelke, 2008).

Entretanto, tal afirmativa relaciona-se quase que exclusivamente ao futebol masculino, uma vez que, quando se fala de futebol feminino, a identidade nacional é pouco trabalhada.

Esse baixo incentivo pode ser explicado a partir da proximidade entre o esporte e a comunicação: a veiculação midiática é responsável não apenas por popularizar as modalidades esportivas, mas também por agregar importância a elas (Llopis-Goig, 2016).

Nota-se que o baixo incentivo dado ao futebol feminino no Brasil se deve, sobretudo, à pouca inserção midiática.

Esta situação, entretanto, é uma peculiaridade brasileira, pois isto não ocorre, por exemplo, em alguns países europeus e nos Estados Unidos.

Devido a esses países tratarem o futebol feminino de forma profissional e organizada, a modalidade atrai um número elevado de praticantes e torcedores, o que gera maior retorno financeiro aos clubes e às instituições que regulam a prática de futebol (Radnedge, 2009).

Apesar disso, também no Brasil as mudanças são nítidas nos últimos anos. A partir de 2019 passou a vigorar no país uma regra da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) de que todas as equipes da série A do Campeonato Brasileiro masculino devem ter equipes femininas. Isso fez com que grandes e tradicionais clubes implementassem projetos de alto rendimento para mulheres no futebol, casos de Palmeiras, Grêmio, Cruzeiro, Inter, São Paulo, entre outros, os quais se juntaram a clubes com mais tempo de formação na modalidade feminina, como Corinthians, Santos e Flamengo.

Assim, o Campeonato Brasileiro feminino aumentou em competitividade e consequente visibilidade, fazendo inclusive com que atletas de renome internacional voltassem ao Brasil para competir no futebol nacional.

Além disso, a CazéTV, canal de streaming via Youtube transmitiu todos os jogos da Copa do Mundo feminina 2023 para o Brasil, e obteve recordes de audiência na plataforma.

O desejo de quem trabalha e acompanha o futebol feminino é que isso não seja apenas um movimento efêmero, pois a história da modalidade no Brasil está marcada por momentos de incentivo que logo são substituídos novamente por períodos de descaso (Goellner, 2005).

Tal cenário fez com que fossem recorrentes as reclamações por apoio das atletas. Na semifinal dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, a atacante Marta, que havia sido eleita cinco vezes consecutivas a melhor jogadora do mundo, pediu em tom de súplica para que os brasileiros apoiassem a modalidade: “Peço aqui, ao povo brasileiro, que não deixem de apoiar o futebol feminino. Não deixem. A gente precisa muito de vocês” (Zero Hora, 2016).

Nesse sentido, pode-se perceber que apesar das recentes melhorias estruturais, como a divisão do Campeonato Brasileiro em três séries e o pagamento em carteira assinada para as atletas da maioria dos clubes da série

A1, ainda há exemplos de completa falta de planejamento. O Ceará Futebol Clube, por exemplo, quando rebaixado para a série B do Campeonato Brasileiro na categoria masculina, desmanchou a sua equipe feminina e colocou meninas de 15 a 17 anos para disputar o campeonato mais importante do Brasil, com a justificativa de corte de gastos.

Percebe-se assim que há no Brasil um trânsito constante de atletas entre o esporte profissional e o amador.

Dessa forma, o presente estudo buscou analisar de que forma o cenário do futebol feminino brasileiro é retratado por mulheres que atualmente praticam a modalidade de forma amadora, mas que no passado já atuaram em âmbito profissional.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para compreender os encontros e os desencontros entre o profissionalismo e o amadorismo no futebol feminino no país, após a apresentação de algumas leis que regulamentam o esporte, buscou-se apoio nas narrativas de atletas que viveram os dois cenários.

Assim, optou-se pela utilização da metodologia de História Oral e fez-se o contraponto entre os depoimentos individuais das atletas com questões esclarecidas pela lei.

O método de pesquisa seguido consiste na utilização de entrevistas com sujeitos que vivenciaram experiências que, de alguma forma, podem servir para a análise de um determinado objeto de estudo (Alberti, 2005).

Conforme explicam Meihy e Holanda (2014), esse método deve ser iniciado a partir da elaboração de um projeto, seguido pela escolha de um grupo de pessoas a serem entrevistadas.

Esse projeto, de acordo com os autores, prevê as seguintes etapas: planejamento da condução das gravações com definição de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível, a

publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas.

Com base em tais definições, o presente estudo realizou e analisou entrevistas com três jogadoras de futebol feminino que atuaram em clubes brasileiros e possuem mais de dez anos de prática, divididos entre equipe profissionais e equipes amadoras, seja de futebol, futsal ou futebol 7. A seguir apresentam-se alguns dados biográficos e da carreira dessas atletas.

Danielle Cristina de Melo Viana:

Nascida em 14 de dezembro de 1984, iniciou sua prática no futebol aos oito anos de idade. Atuou em clubes amadores como Novo Mundo Futebol Clube, na cidade de Curitiba, Jaborá Futebol Clube, em São José dos Pinhais, e profissionalmente no clube Vitória de Santo Antão, em Pernambuco. Atualmente (2023) joga futebol 7 em nível amador pela equipe Colo Colo, na cidade de Curitiba.

Franciele Laura de Oliveira:

Nascida em 23 de maio de 1988, começou a jogar futsal aos 14 anos. No futebol de campo, o clube amador pelo qual passou foi o Novo Mundo, na cidade de Curitiba. No futsal jogou pelas equipes do Paraná Clube e de Colombo. Em âmbito profissional, em 2012, jogou pelo Santos Futebol Clube e, em 2013, pelo Kindermann. Atualmente (2023) joga futebol 7 pela equipe do Dream Team, de forma amadora.

Joice de Souza Ogeda:

Nascida em 16 de novembro de 1982, iniciou sua prática do futebol aos 12 anos. Os clubes amadores pelos quais passou no futebol de campo foram Novo Mundo Futebol Clube e Jaborá Futebol Clube. Já no futsal, atuou pelo Colombo Futsal Feminino. Profissionalmente, no futebol de campo, atuou pelo Foz Cataratas e no futsal pelo Cascavel e pelo Paraná Clube. Atualmente (2023) joga futebol 7 pela Equipe Forte, a nível amador.

As entrevistas foram realizadas na Universidade Federal do Paraná, e tiveram a imagem e o som gravados por notebook. As entrevistadas assinaram termo de consentimento livre e esclarecido¹. O local para a realização das entrevistas foi escolhido com

de Ética do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, sob o número CAAE

¹ Este estudo possui vínculo com o projeto denominado "Memórias e Narrativas do Esporte", o qual possui aprovação do Comitê

cuidado para que as entrevistadas se sentissem mais à vontade e não houvesse interferências sonoras que dificultassem uma boa qualidade das gravações (Alberti, 2008).

Após as entrevistas, foi realizada a passagem do oral para o escrito através do processo de transcrição, que, segundo Alberti (2005), consiste em eliminar os vícios de linguagem e os erros de concordância ou ortografia, conservando ao máximo a originalidade das narrativas coletadas.

Em seguida, tomando os devidos cuidados éticos exigidos pela História Oral, esse documento retornou às colaboradoras para que elas pudessem conferir seu conteúdo e autorizar sua utilização pelos pesquisadores (Meihy e Holanda, 2014).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Embora a inserção midiática e o contexto econômico ajudem a diferenciar a prática futebolística amadora da profissional, é possível afirmar que o amadorismo e o profissionalismo no esporte estão relacionados também às intenções de seus praticantes, sendo que o primeiro é voltado à perspectiva de lazer, buscando divertimento, e o segundo é voltado à perspectiva do trabalho, buscando resultados e alta performance (Silva, 2011).

Logo, a diferença entre amadorismo e profissionalismo é tênue. Isso se aproxima do que Carravetta chama de “pseudoprofissão”, a qual seria caracterizada pelos atletas terem uma prática de alto rendimento, mas não receberem salário para jogar, apenas uma ajuda de custo (muitas vezes, nem isso) (Miranda, 2007).

Esse cenário é evidenciado em casos em que atletas treinam e participam de campeonatos de alto nível, como os Jogos Olímpicos, porém desempenham uma profissão além do esporte. Também existem atletas de alto nível que preferem a prática amadora, pois dessa forma não precisam arriscar o conforto de residir na sua cidade natal nem se sujeitar às situações precárias oferecidas pelos clubes brasileiros.

Apesar disso, existem tentativas legais de regulamentar a prática, não apenas do futebol, mas de tantos outros esportes. Para

Graça e Kasznar (2002), o reconhecimento da importância do esporte tem seu ápice em 1988, quando, pela primeira vez, esta passa a compor o texto constitucional, por meio do Artigo 217 da Carta Magna, que ressaltou as potencialidades do esporte brasileiro, considerando a classificação do esporte em profissional e não profissional.

Posteriormente a isso, em 1998, tendo como base os princípios presentes na Constituição Brasileira, e propondo outra reformulação esportiva no país, foi criada a Lei nº 9.615/98, chamada de Lei Pelé. O Capítulo III dessa lei classifica o esporte, de acordo com sua natureza, em: Desporto Educacional, que tem como finalidade o desenvolvimento e a formação do indivíduo como cidadão, preparando o jovem para a vida esportiva como forma de sociabilidade; Desporto de Participação, que envolve a participação no esporte e competições esportivas, visando a socialização e não o alcance de resultados técnicos; e Desporto de Rendimento, com a finalidade da obtenção de resultados técnicos (Graça e Kasznar, 2002).

O Desporto de Rendimento, por sua vez, pode ser organizado e praticado de modo profissional ou de modo não profissional.

Quando profissional, o esporte é caracterizado pela remuneração pactuada em contrato formal de trabalho entre atleta e a entidade de prática desportiva, e quando não profissional, pode ser compreendido como desporto semiprofissional, que é expresso em contrato próprio e específico de estágio, e pela existência de incentivos materiais que não caracterizem remuneração derivada de contrato de trabalho, ou como desporto amador, identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de qualquer forma de remuneração ou de incentivos materiais para atletas de qualquer idade (Brasil, 1988).

Visto isso, ao analisar de maneira mais específica a regulamentação da profissão de jogador de futebol, nota-se que esta, incluindo carteira de trabalho assinada e alguns benefícios da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), como férias e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), se deu a partir da Lei nº 654, de 1976 (Carvalho, Gonçalves, Alcântara, 2003). Tal lei garantiu

51225615.5.0000.5540 e número de parecer 6.028.755.

que os componentes salariais inseridos no Art. 457, § 1º, da CLT, pudessem ser aplicados também a tais atletas, porém com suas particularidades, como afirma Grisard (2002), tendo em vista que essa é mais uma das atividades regidas por legislação específica.

Segundo o contrato de trabalho é um aspecto importante a ser considerado dentro das particularidades às quais o atleta profissional está sujeito. Para o autor, tal contrato diferencia-se dos contratos convencionais, por exemplo, quanto à remuneração, visto que, segundo a lei: “a atividade do atleta profissional é caracterizada por remuneração pactuada em contrato especial do trabalho desportivo, firmado com a entidade de prática” (Brasil. Lei nº 12.395, 2018. Art 28).

Ao comentar sobre a remuneração e sobre as relações de trabalho entre clubes e atletas de acordo com as regras trabalhistas da legislação desportiva, Zainaghi (2011) afirma que o salário é todo e qualquer pagamento efetuado pelo clube ao atleta, mas que ainda há nessa soma o pagamento de “bichos”, feito por terceiros.

Desse modo, é possível a interpretação de que estes valores são de extrema importância na constituição da renda das atletas de futebol feminino, tendo em vista que estas, mesmo quando profissionais, não recebem salários astronômicos, e sim uma ajuda de custo.

Ao se analisar o futebol feminino brasileiro, nota-se que as condições dos clubes e campeonatos nacionais, bem como a falta de incentivo financeiro, impossibilitam muitas atletas de se dedicarem exclusivamente à modalidade, fazendo com que as linhas entre amadorismo e profissionalismo não sejam tão distantes². No esporte, há dificuldades em se estabelecer o que são práticas amadoras ou profissionais, já que as definições legais desses termos escapam da prática.

Assim, para tentar compreender as diferenças entre ambos, faz-se necessário, além de uma análise histórica e legal de como o esporte se estabeleceu no Brasil, verificar,

através da fala de atletas profissionais, como isso se desenvolve na prática.

Nesse sentido, ao ser questionada acerca do que entende por “profissional do futebol”, Franciele de Oliveira afirma:

Acho que eu era atleta profissional porque eu ganhava pra fazer aquilo. Então, quando você exerce um trabalho, ou exerce qualquer função e você ganha pra isso, você pode ser considerado um profissional naquela área. Então, eu ganhava pra jogar futebol, eu ganhava pra estar ali, eu ganhava pra morar ali, eu ganhava pra me alimentar ali, eu ganhava pra fazer tudo ali, então a minha vida era ali, e eu estava ganhando para aquilo (Franciele Oliveira, 2018).

Com posicionamento um pouco diferente, Daniele demonstra quão difícil é o enquadramento relacionado ao profissionalismo no futebol:

Então eu acho até complicado, porque aqui, quando eu vou jogar num campeonato amador, as pessoas falam “Ah, mas a Dani não pode, porque ela é profissional”, aí eu falo “Gente, eu não sou profissional. Profissional é quem ganha”. Na minha concepção profissional é quem ganha e quem tem carteira assinada como jogador de futebol. Então se eu tenho a carteira assinada, é meu trabalho, é minha profissão, se eu não tenho eu sou jogadora amadora. Mesmo que às vezes eu receba algum auxílio para jogar, é só um auxílio, não tem nada na carteira de trabalho e não é um valor fixo (Daniele Viana, 2018).

Falas como as de Franciele e de Daniele não são exclusivas de atletas de futebol feminino. Em estudo realizado com jogadoras de handebol, as entrevistadas por Andres e Goellner (2018) apresentam conclusões similares quanto à temática.

Entretanto, e como já apontado na introdução, os atletas têm a possibilidade de receberem valores fora dos contratos – bichos. Vale ressaltar que o futebol feminino

é possível observar que as condições ideais de prática profissional de futebol existem apenas para os que estão inseridos na elite do futebol masculino.

² É importante frisar que essa situação não se restringe apenas às mulheres no futebol: segundo relatório da CBF publicado em 2016, 96% dos jogadores de futebol masculino vivem com salários inferiores a cinco mil reais. Assim,

profissional se apresenta como um campo repleto de informalidades, tendo em vista que tais valores não são dados por contratos firmados.

Ademais, tal informalidade está presente também na remuneração recebida pelas atletas. Na entrevista, Franciele de Oliveira relatou a frustração vivida não apenas por ela, mas também por suas companheiras de equipe, ao receberem um “bicho” no valor de aproximadamente trezentos reais, após atuarem em um jogo contra o Santos (de Marta) na Copa do Brasil de 2009. A expectativa, por verem o estádio Couto Pereira com um bom número de público, era que o valor a ser recebido por atleta fosse bem maior, mas a necessidade de os dirigentes pagarem todas as despesas do evento fez com que não sobrasse muito a ser dividido.

Daniele também aponta para as dificuldades financeiras encontradas durante sua carreira e compara o futebol feminino com o masculino:

[...] No masculino a premiação é mil reais, por exemplo, para as mulheres é só troféu e medalha. No masculino, eles conseguem um patrocínio do ônibus, o feminino tem que pagar o ônibus para viajar. Então o preconceito e a diferença que eles fazem entre o futebol masculino e o feminino é bem grande, então a gente desanima (Daniele Viana, 2018).

Essa afirmação demonstra que as diferenças de remuneração presentes entre o futebol masculino e o feminino, estabelecidas há muito tempo, incomodam a atleta. O que vai de encontro à afirmativa de que para as “[...] mesmas modalidades e para se submeterem a situações igualmente extenuantes, as mulheres não são recompensadas financeiramente da mesma forma que os homens”.

Apesar disso, existem exemplos recentes de certa equiparação salarial e de reconhecimento entre homens e mulheres em esportes tais como o voleibol e Mixed Martial Arts (MMA). Na franquia Ultimate Fighting Championship (UFC), por exemplo, as atletas Ronda Rousey, Amanda Nunes e Cris Cyborg conquistaram prêmios equivalentes aos dos atletas masculinos após algumas vitórias em grandes eventos.

Ainda dentro dessas particularidades do futebol profissional, **Veiga (2012)** afirma que

o contrato de trabalho desses atletas também está ligado à ampla subordinação jurídica que, além da remuneração e da atividade esportiva que inclui os treinos, concentrações e excursões cotidianas, inclui também aspectos, como por exemplo: dieta balanceada, qualidade dos alojamentos, as horas recomendadas de sono e controle da pesagem e forma física do atleta.

Nesse sentido, analisando tais aspectos dentro do futebol feminino, e tendo como base as construções memorialísticas das entrevistadas e suas experiências, é possível perceber que as instalações e as condições de treinamento dos clubes profissionais pelas quais passaram eram consideradas adequadas, como fica evidente na fala de Joice Ogeda:

[...] Eu não posso reclamar. Por incrível que pareça, as questões de estrutura eram ótimas. Em Foz eu tive uma boa estrutura. Pra hoje eu falar que eu tenho um pouquinho de condições técnicas e físicas, foi devido a tudo isso. A preparação era totalmente diferente. O clube era bem estruturado [...], desde aonde eu ficava alojada, o centro de treinamento, era tudo acompanhado mesmo (Joice Ogeda, 2018).

Em outro trecho da entrevista, ainda relatando sua experiência pelo clube Foz Cataratas, a atleta afirma:

[...] No Foz nós tínhamos um contrato pela prefeitura. A prefeitura disponibilizava tudo [...] Então tinha o técnico, e ele vinha com aquela comissão técnica dele. A gente tinha todo aquele pessoal por fora, tipo acompanhamento de nutricionista. Porque era tudo pela prefeitura mesmo. Eles trabalhavam para a prefeitura e para o feminino (Joice Ogeda, 2018).

Além dela, Franciele de Oliveira, quando questionada acerca das condições dos clubes pelos quais passou, fala:

Lá em Rondônia, eles deram um apartamento pra ficarmos instaladas, um carro pra gente se deslocar e a alimentação era toda por conta deles. Então ele pagava a gente por jogo, e pagava por mês. E no Kinderman a instalação era um apartamento no campo mesmo. Lá já era bem diferente. O nível totalmente diferente por clube mesmo, porque

o Kinderman sempre foi bem reconhecido no feminino, lá eles dão todo o suporte pra atleta quanto à moradia, alimentação, faculdade, academia, fisioterapeuta, médico, nutricionista (Franciele Oliveira, 2018).

Percebe-se que, mesmo que as condições fossem consideradas adequadas, elas são bastante diferentes do futebol de elite para homens no Brasil, o qual deve ser tratado como algo a parte das demais modalidades. Isso porque as atletas viveram no âmbito profissional a experiência de morar em alojamentos providenciados pelo clube, algo impensável no futebol masculino. Isso justifica-se pelos valores baixos que deviam receber, o que dificultaria bancar uma casa para si e, também, pela efemeridade dos contratos, tendo em vista que geralmente elas ficavam nos clubes por quatro ou cinco meses para disputar os campeonatos e voltavam para as suas cidades de origem.

Ainda de acordo com as leis e regulamentos do esporte, existem exigências na contratação do jogador e na formação de seu contrato de trabalho, pois, como já citado anteriormente, este é específico, diferente de qualquer outro tipo de contrato de trabalho no ordenamento jurídico.

Portanto, o contrato e o direito são tidos como elementos essenciais para a formalização do trabalho, o que garante a proteção do trabalhador que está especificamente no artigo 7º, da Constituição Federal da República, que versa sobre os direitos fundamentais (Filho, 2001).

Além disso, Abal (2012) explica que, de acordo com o inciso I do art. 34 da Lei nº 9.615/98, o contrato do atleta profissional de futebol deverá impreterivelmente ser registrado na instituição de administração nacional do futebol, que no Brasil é a CBF e, também, na Federação Regional de seu estado sede.

Apesar de ser tido como elemento essencial na contratação do atleta (Art. 7, Constituição Federal da República), o contrato e o direito, muitas vezes, não recebem a devida importância no futebol feminino. Isso fica evidente na forma despretensiosa com que Franciele Laura de Oliveira se refere a tal documento, em uma de suas contratações:

[...] O cara de Londrina resolveu me empresariar [sinal de aspas com as mãos].

Então ele assinou um contrato comigo e falava com os caras antes de mim. Ele fazia a frente do negócio. Então ele que fez a frente para eu ir para Rondônia, eu assinei um contrato e fiquei quatro meses lá, aí voltei (Franciele Oliveira, 2018).

Outro aspecto importante a ser considerado dentro dos direitos assegurados pela lei a respeito da atuação do atleta de futebol profissional, e que deve constar no contrato é a jornada de trabalho. Nesse sentido, tem-se no artigo 28, da Lei 12.935/11, em seu parágrafo 4º, a jornada desportiva normal de 44 (quarenta e quatro) horas semanais (Brasil, Lei 12.935, 2018. Art. 28).

Apesar de limitar a quantidade de horas semanais de trabalho do atleta profissional de futebol, esta lei não explicitou o limite diário de trabalho. Sendo assim, segundo Veiga e Souza (2014), por conta da não previsão do limite diário de trabalho, é necessário então, que se aplique o limite constitucional de não ultrapassar oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais, algo que está previsto no art. 7º, da Constituição Federal (Brasil, 2018, Art.7).

Desse modo, percebe-se que é possível aplicar a limitação para a jornada de trabalho prevista no texto constitucional ao jogador profissional, visto que a legislação que regulamenta o futebol profissional não possui previsão sobre a exclusão desses atletas de tal regime jurídico (Oliveira, 2009).

Nesse sentido, nos relatos das atletas entrevistadas é possível perceber que, pelo menos nos clubes pelos quais elas passaram, tal limitação era respeitada. Entretanto, embora treinassem aproximadamente trinta horas semanais (dentro do previsto pela lei), ao serem questionadas acerca da rotina de treinamento a qual estavam sujeitas, as colaboradoras apontaram para cargas exaustivas:

Então, era bem intenso [...] eu treinava de manhã, das nove às onze, treinava à tarde das duas às cinco, todos os dias, de segunda a sábado, tendo folga só nos domingos, e às vezes eles marcavam amistoso (Franciele Oliveira, 2018).

[...] Era bastante intenso mesmo, desde treino, até jogos [...], o cansaço era grande [...] porque

era treino em dois períodos e tinha dois jogos nos finais de semana. Às vezes nós viajavamos na sexta, pra jogar no sábado, e já tínhamos que estar domingo também em campo. Às vezes jogávamos sábado e domingo seguido por dois campeonatos [...] mas a gente não tinha noção do que era isso, só queria saber de treinar e jogar bola (Joice Ogeda, 2018).

Fica evidente que, para a atleta Joice, o cansaço físico e os direitos que lhes eram garantidos pela lei perdiam a importância frente à vontade que ela tinha em praticar o esporte, mostrando os motivos que a mantinham em tal prática. Já na entrevista com Franciele, isso não foi observado, pois ao relatar suas experiências profissionais em Rondônia e em Santa Catarina, a atleta aponta para as dificuldades que enfrentou para se adaptar com a rotina intensa de treinamento:

No começo eu sofri muito [...] A dificuldade que eu tive foi a rotina de treinamento, principalmente em Santa Catarina. Lá a rotina era bem mais intensa, era mais puxada, as preleções eram mais cansativas [...] então a gente cansava mentalmente e, como eu convivi com meninas que eram da seleção, a vivência foi mais intensa, a minha cobrança foi maior, porque eu tinha que batalhar para ganhar posição [...] Na primeira semana também foi bem complicado porque eu não estava acostumada a treinar duas vezes por dia, então as dores musculares eram bem grandes (Franciele Oliveira, 2018).

Além delas, Daniele Viana também relata as dificuldades durante sua atuação pelo Vitória de Santo Antão, em Pernambuco. Em narrativa sobre sua rotina no clube, afirmou:

Era bem intensa, porque a gente estava treinando para disputar o Campeonato Brasileiro, série A. Então a gente acordava às sete horas da manhã, tomava o café, ia para a academia, treinava das oito da manhã até umas nove e pouco. Depois a gente voltava, tomava mais um café e ia para o campo. Aí você imagina [...], quarenta graus, e a gente treinando. Depois a gente voltava para o alojamento, almoçava, descansava um pouco, e quando o sol estava mais baixo, lá por quatro horas da tarde, a gente ia treinar no campo. Aí a gente treinava movimentação, chute a gol e o

coletivo. Mas era bem intenso. Aí a noite ainda tinha faculdade (Daniele Viana, 2018).

Se considerarmos o que está explícito na Lei 9.615, que dispõe sobre questões relacionadas ao profissionalismo no esporte nacional, percebemos nos relatos das experiências das entrevistadas, que elas não se enquadram nessa categoria. É possível aproximar as condições de trabalho de tais atletas, portanto, ao que caracteriza de pseudoprofissão, ou seja, relacionada a atletas que atuam em equipes que lhes oferecem ajuda de custo, alimentação, habitação e vale-transporte.

Essa condição de pseudoprofissão, misturada com as queixas a respeito dos baixos salários recebidos por elas, apontam para os motivos pelos quais as atletas optaram por abandonar a prática profissional e se dedicar apenas à prática amadora, como fica evidente nas falas de Franciele e de Daniele ao serem questionadas a respeito de tal assunto:

Eu decidi voltar para Curitiba porque eu acho que o reconhecimento do futebol feminino é muito vago e, claro, nesse período que eu fiquei lá em Rondônia, no Kinderman, até mesmo no Paraná, eu tinha uma ajuda de custo [...]. [Mas], pra mim não compensa eu sair da minha casa, sair da minha cidade, pra ganhar dois mil reais, sendo que aqui eu posso jogar bola nos finais de semana, trabalhar, estar perto dos meus amigos, da minha família [...] Então eu acho que para você se dispor a ser realmente uma atleta profissional no feminino, você tem que gostar muito muito muito, e ir pra clubes que realmente te valorizem (Franciele Oliveira, 2018).

[...] Eu não vi futuro no futebol [...] eu ficava longe da minha família, longe dos meus amigos, do meu time amador, aí eu falo “Aqui eu não vou ter futuro”. Eu não tinha perspectiva de ir para outro clube, de jogar em outro lugar, que me vissem lá pra eu ir pra outro lugar e receber pouco para isso. Então eu pensava “Nossa, eu tô aqui perdendo tempo. Melhor eu voltar pra minha casa” (Daniele Viana, 2018).

Joice, quando interrogada acerca do abandono da sua carreira como jogadora profissional, também mostrou que preferiu uma

prática mais descompromissada do que se manter “lutando” no âmbito dito profissional:

[...] Como eu sempre tive meus pais aqui em Curitiba, eu decidi voltar, e tentar jogar aqui alguma coisa. Eu sabia que profissionalmente ia ser difícil, porque eu já conhecia a realidade daqui né [...] eu sabia que eu tinha um clube que era com uma estrutura razoável. Não com relação ao financeiro, mas sabia que a estrutura pra pelo menos jogar, treinar, e me manter fisicamente e tecnicamente eu teria, então eu falei “vou voltar pra casa dos meus pais, vou trabalhar, ganhar dinheiro de outra forma e jogar por esse clube” (Joice Ogeda, 2018).

Nota-se que as três atletas se aventuraram em algum momento de suas trajetórias em jornadas para além da prática descompromissada e amadora. Mas, foi possível perceber nas entrevistas que, apesar da vontade de jogar profissionalmente e dos significados de tal esporte na vida dessas atletas, o futebol ainda não é facilmente identificado como uma prática para mulheres (Goellner, 2005) e, portanto, os baixos salários recebidos dos clubes, a falta de incentivo presente no futebol feminino brasileiro e a negligência dos fatores citados anteriormente não compensam a carga excessiva de treinamento, e fazem com que grande parte das atletas abandone a prática profissional e comece a praticar o futebol apenas de forma amadora.

CONCLUSÃO

Ao abordar o futebol feminino e a carreira futebolística de atletas que no passado praticaram tal modalidade de forma profissional e que atualmente a praticam de forma amadora, procurou-se neste estudo pensar o futebol feminino por um viés diferente daquele que geralmente é apresentado por pesquisas acerca do assunto.

As narrativas produzidas não devem ser tomadas como “a verdade” sobre o que foi dito, mas como uma versão produzida, a partir das representações de quem as narrou, sendo conformadas pela visão de mundo e experiências vividas (Pesavento, 2005).

Inicialmente, buscou-se compreender como o futebol se estabelece enquanto prática

feminina no país e analisar mais especificamente a trajetória futebolística de algumas atletas através de relatos orais. Uma compreensão diferente desse meio foi obtida tendo em vista que, ao cruzar as falas das entrevistadas com informações presentes em leis que regulamentam os contratos de atletas de futebol profissional no país, foi possível perceber que o profissionalismo e o amadorismo dentro do futebol feminino brasileiro se encontram mesclados, e que, raramente, o que é construído na teoria se efetiva na prática. Isso pode ser evidenciado quando, ao analisar o cenário de tal modalidade no país, atletas tidas como profissionais são impossibilitadas de se dedicarem exclusivamente à modalidade devido à baixa remuneração e ao baixo incentivo, enquanto atletas com interesses amadores frequentemente recebem convites para participar de competições profissionais, como no caso da atleta Danielle Viana.

Sendo assim, a partir da utilização de fontes orais, pôde-se analisar a estrutura do futebol feminino dentro de outra perspectiva, possibilitando a reflexão das experiências de quem viveu esse ambiente dito profissional e pôde, além de repassar sua compreensão acerca dos fatos vividos, apontar como esses acontecimentos as condicionaram a abandonar a carreira e a se dedicarem à prática amadora.

Desse modo, é possível compreender que os relatos orais promoveram uma versão do desenvolvimento do futebol feminino que não pode ser obtida em fontes oficiais, o que enriquece as discussões acerca do futebol feminino no Brasil, justamente por abordá-lo em uma perspectiva que considera as emoções, os gestos e a entonação da voz apresentados pelas colaboradoras ao retratarem suas memórias e suas experiências de um ponto de vista bem individual.

Ademais, as falas demonstraram a visão dessas atletas quanto às dificuldades e perspectivas, às emoções, às reações a cada experiência e à forma como cada uma delas vê a própria trajetória.

Foi possível perceber também que, mesmo sendo para as entrevistadas hoje uma prática amadora, elas abdicam de muitos outros aspectos de suas vidas para estarem em quadra.

Assim, nota-se que o futebol deixa ser apenas uma diversão, e assume outro papel,

visto que as atletas assumem compromissos e se dedicam seriamente a tal modalidade, caracterizando-a como o que Robert Stebbins chama de "lazer sério" (Oliveira e Doll, 2014).

REFERÊNCIAS

1-Abal, F.C. O Contrato de Trabalho do Atleta Profissional de Futebol Frente aos Direitos Fundamentais Trabalhista. Espaço Jurídico. Joaçaba. Vol. 13. Num. 2. 2018. p. 325-336.

2-Alberti, V. Manual de história oral. Rio de Janeiro: FGV Editora. 2005.

3-Alberti, V. Histórias dentro da história. In Pinsky, C. B. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto. 2008. p. 155-202.

4-Andres, S.S., Goellner, S.V. Trajetória esportiva de jogadoras de handebol e suas narrativas sobre ser profissional da modalidade. Revista Movimento. Vol. 24. Num. 2. 2018. p. 527-538.

5-Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. 1998.

6-Brasil. CLT. Consolidações das Leis do Trabalho. 1943.

7-Brasil. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. 1998.

8-Brasil. Lei nº 12.935, de 16 de março de 2011. Altera as Leis nos 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. 2011.

9-Brasil. TV Justiça do. Trabalho Desportivo - Mauricio Correia da Veiga - Aula 1 - Contrato de Trabalho do Atleta - Programa Saber Direito. Conteúdo Jurídico. Brasília-DF. 2012.

10-Carvalho, C.A.; Gonçalves, J.C.; Alcântara, B.C. O Lúdico, o Profissional e o Negócio no Futebol. In Carvalho, C.A.; Vieira, M.M.F. Organizações, Cultura e Desenvolvimento. Recife: Editora Universitária UFPE. 2003. p. 235-254.

11-EspnW. Ninguém se importa? Futebol feminino vive momento mágico, empilha

recordes de público e cala críticos. 2022. Disponível em: <https://www.espn.com.br/espnw/artigo/_id/10982451/futebol-feminino-vive-momento-magico-empilha-recordes-de-publico-e-cala-criticos>. Acesso em: 08/08/2023.

12-Filho, A.M. Novo regime jurídico desportivo: comentários à Lei 9.615 e suas alterações. Brasília-DF. 2001.

13-Goellner, S.V. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. Revista brasileira de Educação Física e Esportes. Vol. 19. Num. 2. 2005. p. 143-151.

14-Graça, A.S.; Kasznar, L. O Esporte como Indústria. Solução para criação de riqueza e emprego. Rio de Janeiro: Ediuoro Gráfica. Editora. 2002.

15-Grisard, L. A. Considerações sobre a relação entre contrato de trabalho de atleta profissional de futebol e contrato de licença de uso de imagem. Revista Jus Navigandi. Vol. 7, Num. 60. 2002.

16-Llopis-Goig, R. Deporte, medios de comunicación y sociedade. Revista Internacional de Ciencias del Deporte. Vol. 12. Num. 44. 2016. p. 86-89.

17-Meihy, J. C. S. B.; Holanda, F. História Oral: como fazer, como pensar. São Paulo. Contexto. 2014.

18-Miranda, C. F. Como se vive do atletismo: um estudo sobre o profissionalismo e amadorismo no esporte, com olhar para as configurações esportivas. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2007.

19-Oliveira, J. M. M. O contrato de trabalho do atleta profissional de futebol. São Paulo: LTr. 2009.

20-Oliveira, S. N.; Doll, J. O Lazer Sério de Robert A. Stebbins. Licere. Vol. 17, Num. 1. 2014. p. 1-22.

21-Radnedge, K. Recordes do futebol mundial. São Paulo: Martin Corteel. 2009.

22-Silva, J. L. F. Futebol: amadorismo em tempos de profissionalismo. Revista de Ciências Sociais. Vol. 42. Num. 1. 2011. p. 64-76.

23-Veiga, M. F. C.; Sousa, F. T. A Evolução do Futebol e das Normas que o Regulamentam: Aspectos Trabalhista-Desportivos. 2ª edição. São Paulo: Ltr. 2014.

24-Wachelke, J. F. R. Brazilian fans' social representations on soccer. Revista Internacional de Ciencias del Deporte. Vol. 13. Num. 4. 2008. p. 1-19.

25-Zainaghi, D. S. As novas regras trabalhistas da legislação desportiva. Revista de direito do trabalho. Vol. 37. Num. 142. 2011. p. 265-274.

26-Zero Hora. Após seleção ficar sem bronze, Marta e Formiga pedem apoio: "Não desistam da gente". 2016. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/esportes/olimpiada/noticia/2016/08/apos-selecao-ficar-semo-bronze-marta-e-formiga-pedem-apoio-nao-desistam-da-gente-7301053.html>>. Acesso em: 08/08/2023.

Recebido para publicação em 17/08/2023

Aceito em 07/02/2024